

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA  
ESPECIALIZAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**AS CONTRIBUIÇÕES DA GESTÃO DEMOCRÁTICA  
DIANTE DA REPETÊNCIA E EVASÃO ESCOLAR**

**MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO**

**Nara Lopes de Souza**

**Sobradinho, RS, Brasil**

**2014**

# **AS CONTRIBUIÇÕES DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DIANTE DA REPETÊNCIA E EVASÃO ESCOLAR**

**Nara Lopes de Souza**

Monografia apresentado à disciplina de Enfoques de Pesquisa do Curso de Pós-Graduação a Distância Especialização *Lato Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção de **Especialista em Gestão Educacional.**

**Sobradinho, RS, Brasil**

**2014**

## RESUMO

### AS CONTRIBUIÇÕES DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DIANTE DA REPETÊNCIA E EVASÃO ESCOLAR

O presente estudo bibliográfico trata da repetência escolar, trazendo como problematização a seguinte questão: Quais são os principais problemas enfrentados pelos alunos em relação a repetência escolar? O objetivo geral desse estudo pretende compreender as causas determinantes das quais levam os alunos a repetência escolar e contribuições que a gestão democrática tem a somar diante tal problema. Na tentativa de buscar respostas para explicar as causas da repetência escolar, foi desenvolvido este trabalho, pois sinto a grande dificuldade de aprendizagem e índice de reprovações apresentadas por alunos. Durante o desenvolvimento do mesmo far-se-á uma análise reflexiva também sobre a avaliação, pois acredita-se que a mesma possa ser um fator desencadeante da repetência e evasão escolar.

**Palavras-chave:** Evasão. Repetência. Qualidade. Gestão. Democrática.

## **ABSTRACT**

### **THE CONTRIBUTIONS OF DEMOCRATIC ADMINISTRATION BEFORE THE SCHOOL REPETITION AND DROPOUT**

The presente bibliographic study treats about scholar repetition, bringing as a problematization the followed question: what are the main problems faced for the pupils with respect to school repetition? The main aim of this study intends to understand the determinants causes which take the pupils to the school repetition and contributions that the democratic management has to sum face such problem. Trying to bring answers to explain the causes of the school repetition, was developed this work, because I feel the big difficulty of learning and index of repetitions presented for the people. During the development of the same will be done one reflexive analysis also about the evaluation, because is believed that the same can to be a triggering factor of scholar repetition and evasion.

**Keywords:** Evasion. Repetition. Quality. Management. Democratic.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>1 AS CONTRIBUIÇÕES DA GESTÃO ESCOLAR NO PROCESSO AVALIATIVO.</b>	<b>08</b>
1.1 O papel do gestor.....	16
1.2 A família como um dos principais segmentos.....	13
<b>2 A AVALIAÇÃO ESCOLAR COMO POSSÍVEL FATOR EXCLUSIVO.....</b>	<b>8</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>23</b>

## INTRODUÇÃO

A repetência escolar está dentre os temas que historicamente faz parte dos debates e reflexões no âmbito da educação pública brasileira e que infelizmente, ainda ocupa até os dias atuais, espaço de relevância no cenário das políticas públicas e da educação em particular. Em face disto, as discussões acerca da repetência escolar, em parte, têm tomado como ponto central de debate o papel tanto da família quanto da escola em relação à vida escolar do aluno.

O princípio fundamental da educação é dar uma boa formação ao aluno, tanto no aspecto cognitivo, como no aspecto comportamental. A escola sempre discutiu a necessidade de se proporcionar ao aluno uma boa base, para que ele pudesse prosseguir estruturado em seus estudos. Esse critério de base continua, o que muda é o conceito da base, a maneira de adquiri-la. A base não se sustenta, como anteriormente se acreditava, pelo amontoado de conhecimento, adquirido pela teorização, pela memorização. Sustenta-se pelas vias de aquisição do conhecimento, ou seja, pelo desenvolvimento das competências cognitivas de caráter geral, levando o aluno a pensar, a criar, a criticar, a agir, a se tornar uma cabeça pensante. O que precisa mudar é a característica da aprendizagem; que ela seja prática, que dê ao aluno a oportunidade de elaborar, criando um verdadeiro processo de construção do conhecimento. O conhecimento teórico é apenas complementar, afinal, adquirimos conhecimento para intervir na realidade. No construtivismo, o professor leva o aluno a vivenciar as situações, a redescobrir o mundo pelo próprio esforço e iniciativa, a redescobrir seus princípios, suas leis de funcionamento.

O grau de repetência revela o grau de cultura dos diversos povos e o descaso que foi dado à educação nesses países, porque repetência também é resultado da conjuntura socioeconômica-cultural do país. No Brasil, além das causas inerentes a essa conjuntura, permanecia a arraigada cultura da repetência. No passado, ainda não muito distante, o melhor professor era aquele que mais reprovava, quando, hoje, sabemos que o que lhe faltava era um bom método didático-pedagógico, um trabalho mais apurado no seu senso de relacionamento interpessoal. A repetência não deixa de ser ponto negativo tanto para o aluno quanto para o professor. Ela revela deficiência estrutural, ocorre, principalmente, quando o aluno foi pouco estimulado, quando a escola não conseguiu ensiná-lo a aprender, a transformá-lo

em estudante. A repetência é indicada em casos de imaturidade, quando a criança precisa de um tempo maior para compreender conceitos básicos. O ritmo em que o aluno aprende é importante na aquisição do conhecimento.

No que tange à educação, a legislação brasileira determina a responsabilidade da família e do Estado no dever de orientar a criança em seu percurso sócio-educacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB, é bastante clara a esse respeito.

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A despeito disto, o que se observa é que, a educação não tem sido plena no que se refere ao alcance de todos os cidadãos, assim como no que se refere à conclusão de todos os níveis de escolaridade.

Em seu lugar, o que se vê é que cada vez mais a repetência escolar vem adquirindo espaço nas discussões e reflexões realizadas pelo Estado e pela sociedade civil, em particular, pelas organizações e movimentos relacionados à educação no âmbito da pesquisa científica e das políticas públicas.

Vários estudos têm apontado aspectos sociais considerados como determinantes da repetência escolar, dentre eles, a desestruturação familiar, as políticas de governo, o desemprego, a desnutrição, a escola e a própria criança, sem que, com isto, eximam a responsabilidade da escola no processo de exclusão das crianças do sistema educacional.

A repetência escolar que, não é um problema restrito apenas a algumas unidades escolares, mas é uma questão nacional que vem ocupando relevante papel nas discussões e pesquisas educacionais no cenário brasileiro, assim como as questões do analfabetismo e da não valorização dos profissionais da educação expressa na baixa remuneração e nas precárias condições de trabalho. Devido a isto, educadores brasileiros, cada vez mais, vêm preocupando-se com as crianças que chegam à escola, mas, que nela não permanecem.

Diante disso, o presente estudo de natureza bibliográfica traz como problemática a seguinte questão “Quais são os principais problemas enfrentados pelos alunos em relação a Repetência Escolar? A Gestão democrática pode contribuir nesse processo? Para responder a essas questões traçou-se o objetivo de

compreender as causas determinantes das quais levam os alunos a Repetência Escolar e como a Gestão Democrática pode contribuir. Assim como identificar quais são os fatores que levam Repetência escolar; Reconhecer a realidade do aluno; Reconhecer fatores socioeconômicos e culturais e identificar contribuições da Gestão Democrática perante a repetência escolar.

Na tentativa de buscar respostas para explicar as causas da repetência escolar, estarei desenvolvendo este trabalho, pois sinto, a grande dificuldade de aprendizagem e índice de reprovações apresentadas por alunos, tentarei levantar dados para apresentar causas.

Pode-se dizer que o fracasso escolar é produto da interação de três tipos de determinantes:

- Psicológicos: referentes a fatores cognitivos e psicoemocionais dos alunos. (BRASIL, 2006);

- Socioculturais: relativos ao contexto social do aluno e as características da sua família (OLIVEIRA, 2001);

- Institucionais: baseadas na escola, tal como métodos de ensino inapropriados, currículo e as políticas públicas para a educação. (AQUINO, 1997).

Ao analisar estes três aspectos acima, tentarei estar buscando respostas e para entender esses fatores que ocorrem no processo ensino-aprendizagem.

Diante da minha posição de educadora, senti a necessidade de buscar maiores estudos referente a este tema, pois sei da importância que é o estudo para a vida dos nossos alunos, enfim, para qualidade de vida de ambos nos dias atuais. Então, é muito importante discutir, refletir e buscar estratégias para amenizar este problema.



## 1 AS CONTRIBUIÇÕES DA GESTÃO ESCOLAR NO PROCESSO AVALIATIVO

Na busca de realizar mudanças fundamentais no sistema educacional e com objetivos de superação entre o fazer e o pensar, propõem-se metas inovadoras para a gestão escolar. Segundo Urbanetz e Silva (2008, p.47), é importante destacar que a realidade criou a demanda por um profissional organizador do processo educativo (profissional de orientação). A consciência da realidade é essencial para o entendimento das determinações de nossa sociedade, dando ênfase à necessidade de articulação permanente com a realidade, que pela ação humana incorporam transformações que aparecem também nas diversas atividades profissionais.

Na opinião de Alves e Garcia (2009) esta escola, para inserir-se no processo global de transformação, há de se transformar inteiramente. Não mais o professor que sabe e que fala o seu saber e o aluno que não sabe e que é impedido de falar do que sabe e do que quer saber. Não mais os especialistas, orientadores educacionais, supervisores escolares e diretor que sabem mais e usam o poder de seu saber sobre o professor que sabe menos e obedece aos que mais sabem.

A escola transforma-se, quando todos os saberes se põem a serviço do aluno que aprende, quando os sem-voz se fazem ouvir, revertendo a hierarquia do sistema autoritário. Esta escola recupera a sua função social e política, capacitando os alunos das classes trabalhadoras para a participação plena na vida social, política, cultural e profissional, a especialidade no campo.

Gestão é, pois, a atividade pela qual são mobilizados meios e procedimentos para atingir os objetivos das organizações, envolvendo, basicamente, os aspectos gerenciais e técnico-administrativos. Há várias concepções e modalidades de gestão: centralizada, colegiada, participativa, co-gestão.

Libâneo, Oliveira e Toschi (2008) afirmam que no caso da escola, a organização e a gestão referem-se ao conjunto de normas, diretrizes, estrutura organizacional, ações e procedimentos que asseguram a racionalização do uso de recursos humanos, materiais, financeiros e intelectuais, assim como a coordenação e o acompanhamento do trabalho das pessoas. Por racionalização do uso de recursos compreende-se a escolha racional de meios compatíveis com os fins

visados e a adequada utilização desses recursos que assegure a melhor realização possível desses fins. Por coordenação e acompanhamento compreendem-se as ações e o procedimentos destinados a reunir, a articular e a integrar as atividades das pessoas que atuam na escola, para alcançar objetivos comuns. Para que essas duas características mais gerais de uma instituição se efetivem, são postas em ação as funções específicas de planejar, organizar, dirigir e avaliar.

Segundo Ferreira (2008, p.60)

a questão da participação, em especial a partir de 1968, está permanentemente presente na discussão a respeito das formas de administrar. É difícil definir as causas desta importante mudança. Significou nada menos que uma revisão dos pressupostos teóricos do taylorismo e sua substituição, mesmo que muito lentamente, por valores contemporâneos, como flexibilidade, tolerância com as diferenças, relações mais igualitárias, justiça e cidadania. Nunca mais o padrão de relacionamento autocrático, hierárquico e formalista do taylorismo recuperou o seu antigo prestígio.

Pois participação é muito mais que aderir, obedecer aceitar decisões previamente estabelecidas. Participação é construir, planejar coletivamente, e o plano em ação além de tudo precisa ser significativo com contribuições de todos.

Ferreira (2001, p. 18) também coloca que:

Participar significa que todos podem contribuir, com igualdade de oportunidades, nos processos de formação discursiva da vontade, ou seja, participar consiste em construir comunicativamente o consenso quando a um plano coletivo. Para tanto, torna-se necessária a construção de espaços de participação (...).

A participação e o compromisso não se refém apenas à comunidade interna, mas devem buscar alianças com a comunidade externa, a quem a escola serve e pertence efetivamente promovendo a cooperação interinstitucional.

Transformar a escola num lugar onde se desenvolvem novas experiências e competência é uma parcela de contribuição que cabe a cada um melhorar nossa sociedade sendo desafio de todos.

Paro (1996 apud CADERNO TEMÁTICO V. 4, 2000, p. 12)

[...] A participação democrática na escola sofre também os efeitos dos condicionantes ideológicos presentes. Entende-se com isso todas as concepções e crenças sedimentadas historicamente na personalidade de

cada pessoa, que movem suas práticas e comportamentos no relacionamento com os outros.

Assim, se estamos interessados na participação da comunidade na escola é preciso levar em conta a dimensão em que o modo de pensar e agir das pessoas que ai atuam facilitando ou dificultando a participação de todos os segmentos, com essa visão percebe a relevância de considerar tanto a visão e postura da escola diante a comunidade como vice-versa. Essas concepções acabam se refletindo no relacionamento e no cotidiano escola, com pais ou pessoas da comunidade, quer em reuniões, quer em contatos individuais.

Isso será possível quando todos os envolvidos no processo desenvolverem em si a capacidade de mudança; - A abertura para a criatividade; - O relacionamento permeado de compreensão, respeito, autenticidade, coerência, transparência, capacidade de ouvir; - A atenção á realidade, na busca de respostas significativas para uma qualidade de educação e de vida de todos os envolvidos no processo.

Para Ferreira (2008, p.71):

Toda e qualquer organização que tente implantar e desenvolver práticas de natureza participativa vive sob a constante ameaça da reconversão burocrática e autoritária dos seus melhores esforços. As razões para isso são diversas: história de vida dos membros, supervalorização ideológica das formas tradicionais de gestão, demandas políticas difíceis de conciliar etc. De tudo isso, contudo, um ponto deve ser destacado: a participação se funda no exercício do diálogo entre as partes. Esta comunicação ocorre, em geral, entre pessoas com diferentes formações e habilidades, ou seja, entre agentes dotados de distintas competências para a construção de um plano coletivo e consensual de ação. Na prática da gestão escolar, essa diferença, que em si não é original nem única, assume uma dimensão muito maior do que a grande maioria das propostas de gestão participativa e autogestão que pode ser observada.

Percebe-se que a Gestão democrática diante do problema da repetência e evasão escolar, pode vir a amenizar e chamar a atenção do aluno para o significado do aprender, pois fortalece a autonomia e promove a participação de todos os envolvidos no processo educativo. A Gestão democrática pode ser uma forma de solucionar os obstáculos presentes no sistema de ensino, pois abrange o envolvimento de todos que estejam interessados no desenvolvimento e aprendizagem.

Atividades em que os alunos possam interferir, dialogar, trocar ideias com os colegas, desenvolver suas aprendizagens e conhecimentos, tornam-se mais atrativas. E, então com certeza, obterá sucesso em sua aquisição de novos conhecimentos. Devendo ser de acordo com sua realidade, de significado, prazerosa, propiciando alegria e satisfação.

Estratégias devem ser usadas em relação a repetência e evasão escolar. Cabe ao gestor, uma importante tarefa, ter uma visão de um todo, de conjunto. Encarar os problemas de mãos dadas e sempre acreditar no potencial do aluno.

Para a Gestão democrática deve haver compreensão da administração escolar como atividade meio e reunião de esforços coletivos para complemento dos fins da educação, assim como a compreensão e aceitação do princípio de que a educação é um processo de emancipação humana; que o Projeto Político pedagógico (PPP) deve ser elaborado através de construção coletiva e que além da formação deve haver o fortalecimento do Conselho Escolar. As atitudes, os conhecimentos, o desenvolvimento de habilidades e competências na formação do gestor da educação são tão importantes quanto à prática de ensino em sala de aula. No entanto, de nada valem estes atributos se o gestor não se preocupar com o processo de ensino/aprendizagem na sua escola.

Oferecer um ensino de qualidade e possibilitar o acesso e permanência do aluno com sucesso, na escola o que só é possível quando o trabalho é realizado de forma eficiente, sobretudo transparente, nunca deixando de respeitar os direitos e interesses da comunidade que a Instituição está inserida.

A Gestão democrática e participativa é o eixo norteador para uma educação de qualidade para todos, desmistificando rótulos, preconceitos e diferenças individuais. É necessário construir um espaço dialógico onde as diferenças sejam respeitadas, e não sejam fatores de exclusão, garantindo assim uma prática educacional inclusiva, gerando possibilidades de ingresso, acesso e permanência na escola, a todas as crianças e adolescentes, para se apropriarem dos bens culturais historicamente acumulados pela humanidade. O gestor do estabelecimento de ensino será a peça principal para manter, coordenar, orientar e conscientizar toda sua equipe de profissionais.

## 1.1 O papel do gestor

A Gestão democrática aparece como um importante caminho para um ensino-aprendizado de sucesso. O gestor escolar deve ser um líder pedagógico avaliando seus alunos e professores constantemente identificando métodos e ações necessárias para aprimorar os métodos de ensino.

Ao dar ênfase à gestão democrática participativa, nos contrapomos com as vivências autoritárias do regime de decisões individualizadas, principalmente no que se refere às questões financeiras. Conforme (2008, p.27), “será sempre discutível a auto-suficiência do gestor escolar quando considerarmos a complexidade da instituição pedagógica” (CERVI, 2008, p.58).

Segundo Marcelos (2009) o gestor é o grande articulador da escola e deve esforçar-se por criar canais adequados de comunicação e interação e garantir o alcance dos objetivos da escola, mantendo um bom clima entre as pessoas que fazem parte da comunidade escolar e local.

Este deve estar inserido em programas e ações a fim de incentivar e preparar cada vez mais o seu corpo docente, capacitando-o. Nesta ocasião os professores podem debater em grande grupo refletindo sua prática pedagógica podendo repensar e experimentar novas possibilidades.

O Gestor deve estar apto a desenvolver a construção de uma escola efetiva, baseado em um ensino-aprendizagem que tenha significado. A escola deve ser um lugar que se desenvolva competências, habilidades e formação de valores.

Pensando nisso, o gestor vem muito a contribuir no processo avaliativo da criança. Este através de seu planejamento de ensino deve definir e articular seus conteúdos usando uma metodologia prática, eficaz, que entenda a realidade do aluno e conseqüentemente colabore na concretização da aprendizagem do aluno.

O trabalho de planejar as aulas, traçar objetivos, explicar a matéria, escolher métodos e procedimentos didáticos, dar tarefas e exercícios, controlar e avaliar o progresso dos alunos destina-se, acima de tudo, a fazer progredir as capacidades intelectuais dos educando. (LIBÂNEO: 1994, p.105).

É muito valiosa nessa situação, cada educador expor resultados e diagnósticos que obteve com seus alunos visando sempre uma melhor qualidade de ensino almejando o sucesso de todos os seus alunos.

É necessário também, que se desenvolvam princípios que possibilitem aos profissionais de educação, aos alunos e aos demais segmentos sociais, a compreensão deste assunto no cotidiano escolar, para que assim se realize a construção de uma sociedade mais harmônica e que saiba interagir com os demais no meio em que vive.

## **1.2 A família como um dos principais segmentos**

Segundo Perrenoud (1999), a sociedade vive em constante mudança e, portanto, faz-se necessário que a escola, como agente ativo na formação do cidadão, acompanhe e até mesmo se antecipe a sua evolução. Torna-se necessário, pois, que estejamos atentos que uma escola de qualidade não é a que reprova e sim a que consegue ensinar em ambientes onde haja pluralidade de realidades e culturas, e ainda assim, formar cidadãos autônomos e conscientes do seu papel numa possível transformação.

A escola com seu papel importantíssimo de fazer a criança perceber o verdadeiro sentido e o significado de aprender deve preocupar-se com a criança em um todo, dando atenção ao resgate de sua autoimagem.

Para isso é essencial o envolvimento do educador com os pais, estar atento aos anseios, expectativas e realidade de seus alunos. Todos esses objetivos devem vir ao encontro da problemática que tanto preocupa a escola atual, que é o alto índice de reprovação e evasão que evidenciamos em nossas salas de aula.

Enfrentar a situação é necessário e deve ser discutido por todos os envolvidos no processo educativo. O papel da escola frente aos problemas de aprendizagem deve ter a colaboração e parcerias com profissionais qualificados concebendo estratégias e tratamentos adequados.

Segundo Silva Luciene (2012):

Para responder a este questionamento é necessário ter consciência de que os problemas de aprendizagem podem estar atribuído a vários denominadores, interno ou externo de cada indivíduo. É necessário que a escola tenha claro esta definição, para traçar metas que ajude a criança a superar sua deficiência ou dificuldade. Uma vez que as crianças com dificuldades de aprendizagem não são crianças incapazes, apenas apresentam alguns obstáculos para aprender. As dificuldades são definidas como problemas que interferem no domínio de habilidades escolares básicas, e elas só podem ser formalmente identificadas até que uma criança comece a ter problemas na escola. É necessário modificar metodologias, ideias e desmistificar o medo ao novo, ao diferente procurando dentro de conhecimentos inovadores a cultura do sucesso deste aluno. Se a criança for estimulada a desenvolver suas potencialidades, suas habilidades indo de encontro ao seu sucesso escolar são de grande valia seu estudo.

O diagnóstico apropriado e cuidadoso é de suma importância devendo levar todos os fatores da vida do aluno envolvendo principalmente a família possibilitando assim um atendimento de qualidade. A família aparece como forte aliada nesta superação das dificuldades podendo compreender questões emocionais, suas dificuldades, sendo assim, parceiros na escola.

Quando comunidade, família e escola criam vínculos, todas as dificuldades serão mais fáceis de ser superadas. O envolvimento gera resultados. O professor deve ser flexível respeitando as limitações de cada indivíduo, oferecendo metodologia e matérias apropriados. Para isto a competência profissional é muito importante.

A criança em seu espaço educativo deve sentir-se a vontade para demonstrar seus anseios, agrados e desagradados, demonstrar afeto com seus colegas e professores. Isto gera crescimento. Segundo Freire, o aluno deve ser respeitado como indivíduo, deve ser tratado com afeto e atenção.

A afetividade aparece como um fator relevante para o sucesso do aluno em sua vida escolar. No momento em que o aluno demonstra valores diante dos professores e colegas pode haver transformações na realidade do educando, tendo aprendido para sua vida. Percebe-se a importância de o professor estar preparado para conviver com a criança, entendê-lo, tornando o espaço educativo em um ambiente que ela goste de estar, sentindo-se amada.

O uso criativo, objetivado do material pedagógico, muito tem a contribuir para a aprendizagem, uma vez que pode tornar as aulas diferentes, inovadoras, mais atrativas. Este recurso deve ser muito explorado e, através deles respeitar as limitações e individualidades de cada indivíduo, sendo significativa para o aluno, podendo sanar muitas dificuldades.

Silva Luciene (2012) ressalta que:

É importante afirmar que é por meio da interação e das relações sociais que o processo de aprendizagem se efetiva. Um fator que ajuda para o melhor desenvolvimento do aprendiz do aluno é o docente saber utilizar adequadamente os materiais pedagógicos como suporte na ajuda a superar as limitações do processo aprendizagem.

A autora ressalta que a avaliação é uma tarefa necessária, pois é através dela que os resultados são comparados com os objetivos propostos e a partir desta, poder constatar progressos, avanços e permitir reorientar o trabalho, muitas vezes repensando em equipe e realizar correções necessárias no trabalho.



## **2 A AVALIAÇÃO ESCOLAR COMO POSSÍVEL FATOR EXCLUSIVO**

Não há dúvida de que o sistema brasileiro educacional sofre problemas muito sérios. Como aponta Pilati (1994), se os esforços nas últimas décadas no sentido da universalização no ingresso no sistema educacional possibilitou o acesso de 95% das crianças de sete a catorze à escola pública, apenas 43% terminam o ensino fundamental. Mais precisamente, apenas dois quintos das crianças de faixa etária de sete a catorze anos concluem as quatro séries iniciais e menos de um quarto concluem-nas sem repetência. Quase dois terços dos alunos estão acima da faixa etária correspondente a sua série e somente 13% completam o curso com idade adequada, sendo que a maioria dos alunos repetentes são provenientes de camadas sociais desfavorecidas (PILATI,1994).

Conforme Costa Ribeiro (1991), o problema mais sério no país não é a evasão escolar e sim o alto índice de repetência. O tempo que muitos alunos permanecem na escola seria suficiente para que eles se formassem no ensino fundamental, mas que devido a repetência, eles acabam saindo da escola tendo conseguido completar apenas duas ou três séries escolares. Ao repetirem séries escolares os alunos experimentam sentimentos de desesperança e acabam por abandonar a escola. As taxas de repetência, como as de evasão tem sido altíssimas nos últimos cinquenta anos (PATTO,1993).

Para a sociedade e a comunidade educacional a repetência é vista como um fenômeno típico do processo educacional, um problema de origem externa à escola e carente de soluções dentro da própria escola. Mas a repetência na maioria das vezes é consequência da baixa qualidade educacional (TORRES, 2004).

Ressalte-se que a falta de organização das escolas para receber a essas crianças e adolescentes, pode fazer com que elas não recebam um bom atendimento, por falta de estrutura e apoio pedagógico, o que é uma forma de discriminação. A falta desse apoio, muitas vezes, leva essas crianças e adolescentes a abandonarem a escola depois de pouco tempo, ou ainda pode fazer com que elas permaneçam sem progredir para os níveis mais elevados de ensino, o que é uma forma de desigualdade de condições de permanência.

A escola é decisiva na vida dos alunos, mesmo com todas as suas contradições, ela influi na vida deles, ela é ainda um espaço privilegiado na construção de seus projetos de vida e de suas identidades.

As emoções, para Wallon, têm papel preponderante no desenvolvimento da pessoa. É por meio delas que o aluno exterioriza seus desejos e suas vontades. Em geral são manifestações que expressam um universo importante e perceptível, mas pouco estimulado pelos modelos tradicionais de ensino.

Segundo freire, “Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação reflexão.”

A função primordial do professor, segundo Freinet, é colaborar ao máximo para o êxito de todos os alunos. Diferentemente da maioria dos pedagogos modernos, o educador francês não via valor didático no erro. Ele acreditava que o fracasso desequilibra e desmotiva o aluno, por isso o professor deve ajudá-lo a superar o erro. "Freinet descobriu que a forma mais profunda de aprendizado é o envolvimento afetivo".

Então, ao desenvolver este trabalho espero buscar muitas respostas para esse assunto tão desgastante nos nossos sistemas educacionais que é a repetência escolar e acredito que através do envolvimento afetivo podemos resgatar muitas coisas.

Dentre inúmeras reflexões, uma das mais importantes é o ato de avaliativo na escola, que de um lado permitem ao educador saber como está se dando a aprendizagem. A leitura dos resultados individuais dará a dimensão do aproveitamento de cada estudante, a leitura coletiva dará dimensão do desempenho do sistema de ensino.

Se por um lado, o Referencial Curricular Nacional pode funcionar como elemento orientador de ações na busca da melhoria de qualidade da educação brasileira, por outro, não tem a pretensão de resolver os complexos problemas educacionais. A busca da qualidade do atendimento envolve questões amplas ligadas à políticas públicas, às decisões de ordem orçamentária, à implantação de políticas de recursos humanos, ao estabelecimento de padrões de atendimento que

garantam qualidade, materiais em qualidade suficientes e à adoção de propostas educacionais compatíveis nas diferentes modalidades de atendimento.

Segundo Crahay (2007, p. 185).

O balanço das pesquisas disponíveis sobre os efeitos da repetência não tem ambiguidade: em regra geral, os alunos fracos que repetem progredem menos que os alunos fracos que são promovidos. Ou seja, pode-se considerar que a repetência constitui um meio contra produtivo de fazer face às dificuldades de aprendizagem dos alunos fracos.

Atualmente recebe-se tanta informação de fora da escola, por meio das mais diversas mídias e com grande rapidez que se torna cada vez mais difícil prender a atenção dos alunos em aulas convencionais. Há, portanto, a necessidade de se reavaliar e remodelar a prática educacional de acordo com as novas perspectivas e metas da escola, o que os leva a diversas possibilidades quanto a repetência.

Medir e avaliar a aprendizagem dos alunos sempre foi uma preocupação dos educadores. Na medida em que a educação formal se reveste de maior complexidade, seja pela abrangência de grande número de aspectos a ser trabalhados, seja pelas características de uma clientela carente e numerosa, aumentam as cobranças aos professores, e a tarefa docente se torna cada vez mais complexa (RAPHAEL, 1998).

Não é de hoje que existe esse modelo formativo de avaliação, que vem sendo visto como o melhor caminho para uma aprendizagem de sucesso. Essa nova forma de avaliar põe em questão uma mudança social, assim como muitos aspectos relacionados a desistência dos alunos e a evasão escolar.

Freire (1986) observa a escola deveria deixar espaço para o aluno construir seu próprio conhecimento, sem se preocupar em repassar conceitos prontos, o que segundo ele é o que frequentemente ocorre na prática tradicional, que trata o aluno como ser passivo, em quem se “depositam” os conhecimentos e exigindo que o mesmo se enquadre dentro daquilo que acredita ser o certo. A criança tem sempre que se adaptar à escola, mas dificilmente ocorre o contrário.

As críticas dirigidas a escola fundamental, hoje, têm por alvo seu produto final – alunos incapazes de ler, escrever ou realizar corretamente um cálculo aritmético e,

em consequência, as técnicas utilizadas para atingi-lo. As técnicas pedagógicas entre as quais as técnicas de avaliação têm por objetivo obter eficiência na produção escolar. Na medida em que esta se apresenta ineficiente, as técnicas passam a ser questionadas e retratadas como não confiáveis. As tarefas ligadas à avaliação, quando assim configuradas, podem por em dúvida todo o processo de ensino-aprendizagem, por apresentar resultados não válidos ou com baixo grau de confiabilidade (RAPHAEL, 1998).

Nesse sentido, o professor não assume mais o papel de simplesmente reproduzir regras e informações, mas sim o papel de mediador dessa prática orientando o processo de construção de conhecimentos de seus alunos, buscando torná-los capazes de usar a leitura e a escrita de modo proficiente, a fim de que estes indivíduos consigam então, promover mudança social.

Para que uma avaliação alcance seus objetivos, seus instrumentos precisam antes de tudo contemplar diferentes características dos alunos. Qualquer que seja o caminho escolhido pelo professor é relevante que se compreenda o processo de aprendizagem individualizado para que se possam identificar progressos em dentro de seu próprio ritmo.

A avaliação pode ser caracterizada como uma forma de ajuizamento da qualidade do objeto avaliado, fator que implica uma tomada de posição a respeito do mesmo, para aceita-lo ou para transformá-lo. A definição mais comum adequada, encontrada nos manuais, estipula que a avaliação é um julgamento de valor sobre manifestações relevantes da realidade, tendo em vista uma tomada de decisões (LUCKESI, 2005)

Avaliar, acima de tudo, deve ser um gesto de amor, de aproximação, pois, segundo Luckesi (2005), podemos dizer que:

avaliação por si, é acolhedora e harmônica, como o círculo é acolhedor e harmônico. Quando chamamos alguém para dentro de um círculo de amigos, estamos acolhendo-o. avaliar um aluno com dificuldades é criar a base do modo de como incluí-lo dentro do círculo da aprendizagem, o diagnóstico permite a decisão de direcionar ou redirecionar ou aquilo ou aquele que está precisando de ajuda.

De acordo com a opinião de Paula e Silva (2008)

Se não podemos deixar de avaliar através de provas que são classificatórias (a partir do momento que atribui notas), então que as façamos ter um outro perfil. Assim sendo, que tragam questões pertinentes a partir de objetivos bem definidos, que promovam o raciocínio e que exijam leitura profunda, além disso, se, após a correção, discutirmos com os alunos a questão da avaliação, conduzindo-os às soluções, para que eles entendam o que e porque erraram, estaremos transformando uma avaliação classificatória em diagnóstica. Isso, muitas vezes, não é fácil, porque nem sempre os alunos querem saber os motivos que os levaram a tirar as notas que tiraram, para alguns basta a nota, entende-la ainda não é importante para muitos, mas podemos mudá-los.

A renovação pedagógica com certeza abriu diversos caminhos para se buscar mudanças principalmente conceituais para esse processo, deixando para traz o processo de seleção dos alunos capazes ou incapazes, o que acarreta desinteresse dos mesmos.

É necessário que a autonomia da escola esteja garantida para avançar de forma criativa, revendo sua proposta pedagógica, utilizando novos projetos, incentivando o trabalho docente e a melhoria na formação dos professores, proporcionando ao aluno uma maior participação e oportunizando experiências positivas para revigorar sua motivação (TORRES, 2004).

Conforme Raphael (1998, p.25)

a avaliação é uma atividade, ou um conjunto delas, própria do ser humano e tão antiga quanto o surgimento da consciência do valor. Pela própria etimologia da palavra, avaliação significa “dar valor” a alguma coisa. Esse valor surge, sem dúvida, da comparação entre o objeto avaliado e outros objetos, para a emissão de um juízo de valor por alguém, numa dada situação. A avaliação não é uma atividade primária; a avaliação da aprendizagem escolar, muito menos. Avaliar implica um processo de julgamento, na sua essência. Julga-se melhor na medida em que se conhece melhor o objeto.

Tais situações evidenciam que o processo de ensino-aprendizagem é marcado por uma estreita ligação entre professor – aluno – conhecimento. Um indivíduo que constrói seu conhecimento saberá receber e analisar novas informações assim como saberá reestruturá-las e avaliá-las criticamente. Dessa forma, a escola deve proporcionar aos sujeitos meios que o auxiliem nesta construção do conhecimento.

A avaliação precisa deixar de ser simplesmente o ato do professor avaliar o aluno e passar a ser vista como uma forma de professor e aluno juntos refletirem suas práticas, reavendo erros possivelmente cometidos, em caráter dialógico. Assim, deixaria de ser um instrumento de fiscalização da aprendizagem para ser problematização da própria ação.

Paula e Silva (2008) ressaltam ainda que

O desinteresse deles não pode nos desestimular de maneira nenhuma ou, então, não veremos os resultados de nossos trabalhos. Não podemos desistir, e sim insistir, mostrar pra eles a importância de entenderem o caminho que deveria ter sido feito para chegar ao entendimento e ao acerto da questão. Cabe a nós mostrar que o erro não deve ser visto com negatividade, pois é a partir dele que se torna possível construir o conhecimento. Para isso, é importante sabermos diferenciar os tipos de erros: os de informação e os de raciocínio, por exemplo. É a partir deles que podemos descobrir a análise que o aluno fez o caminho que ele percorreu para chegar a resposta dada e verificar onde houve o desvio que culminou o erro.

A renovação pedagógica com certeza abriu diversos caminhos para se buscar mudanças principalmente conceituais para esse processo, deixando para traz o processo de seleção dos alunos capazes ou incapazes, o que acarreta desinteresse dos mesmos e conseqüentemente a evasão destes da escola.

## CONCLUSÃO

A discussão que traçamos neste estudo aponta que, para realizar mudanças sociais, são necessários aos profissionais de pedagogia o conhecimento e uma visão crítica sobre o fato de que o pedagogo precisa efetivar sua participação na organização do trabalho educacional, assumindo a gestão escolar como função primordial, já que é por meio dela que garantirá a função primordial da escola, que é o acesso ao conhecimento sistematizado, auxiliando a organização do processo ensino-aprendizagem juntamente com os professores e garantindo a promoção da avaliação do processo e dos planos escolares, bem como a implementação do projeto político pedagógico da instituição.

Neste contexto, sente-se a necessidade de uma proposta alternativa, repensando os espaços de planejamento escolar, transformando-os em momentos de participação mais efetiva e significativa, conduzidos por uma ação eficiente, que saiba o processo de construção do planejamento participativo de forma democrática e não contraditória. A temática da gestão democrática aparece de forma conflitante, uma vez que a participação envolve relacionamento humano, diálogo, comprometimento, anulação do autoritarismo e arbitrariedade dos condutores das ações participativas dos gestores e demais segmentos da escola.

O que se percebe é que, sendo a educação um processo, as mudanças não acontecem de forma linear: Há todo um contexto de busca, de interpretação, de realização de experiências com sucessos e insucessos, mas que se constituem um processo dinâmico e progressivo de crescimento para todos os que de fato empenham com seriedade, numa ação refletiva, para uma prática educativa promotora de vida com qualidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Nilda; GARCIA, Regina Leite. **O fazer e o pensar dos supervisores e orientadores educacionais**. Edições Loyla. São Paulo, 2009.

CRAHAY, Marcel. **Qual pedagogia para os alunos em dificuldade escolar?** Cadernos de Pesquisa – Fundação Carlos Chagas, v. 37, n. 130, p. 181-208, jan/abr. São Paulo: Autores Associados, 2007.

DO SANTOS, F. M. E. Função do Gestor na Escola Pública. **Revista de Divulgação técnica – científica do ICPG**, v.3, n. 9, jul-dez/2006.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto, **Gestão democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortez, 2008.

FREINET, C. **Para uma escola do povo**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1969.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LUCKESI, Cipriano C. **Entrevista a Revista Nova Escola** - Ed.0138-dez. 2000- Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br> Acesso em 10/01/2015.

\_\_\_\_\_. **Avaliação da Aprendizagem Escolar: Estudos e proposições**. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PPP - **Proposta Político Pedagógica do Município de Lagoa Bonita do Sul**, 2010.

MORETTO, Vasco Pedro. **Prova: um momento privilegiado de estudo-não um acerto de contas**. Rio de Janeiro: DP& A, 2003.  
**Regimento Escolar do Município de Lagoa Bonita do Sul**, 2010.

PATTO, M.H.S. **A produção do Fracasso Escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1993.

PILATI, O. **Sistema nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB): ensaio, Avaliação das Políticas Públicas Educacionais**, 1994.

RAPHAEL, Hélia Sonia. **Avaliação Escolar: Em busca de sua compreensão**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

RIBEIRO, S. C. A pedagogia da repetência. **Estudos Avançados**, v.12, n.5, p. 7-21, 1991.

URBANETZ, Sandra Terezinha; SILVA, Simone Zampier. **Orientação e supervisão escolar: caminhos e perspectivas**. Curitiba: Ibpex, 2008.

WALLON, Henri. **As Origens do Pensamento na Criança**. Ed. Manole.